

DOI 10.20396/conex.v16i1.8649895

ENTREVISTA

*Lazer e política pública de esporte:
entrevista com o
Prof. Dr. Fernando Mascarenhas*



*Docente da Universidade de Brasília
Coordenador do Avante
Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em
Educação Física, Esporte Lazer da UnB*

Arlene Stephanie Menezes Pereira¹
Daniel Pinto Gomes¹
Francisca Edya Esteves de Lima¹

¹ Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará
Submetido em: 15 jul. 2017
Aceito em: 23 nov. 2017
Contato: stephanie_ce@hotmail.com

1. Em sua dissertação de mestrado, defendida em 2010, na Faculdade de Educação Física da Unicamp, você concebe um método prático-teórico-prático ao qual dá o nome de *Pedagogia crítica do lazer* ou *Lazer como prática de liberdade*. O estudo foi desenvolvido a partir da articulação do conhecimento sobre Lazer, Educação com o Projeto Agente, envolvendo alunos da licenciatura em Educação Física e crianças e adolescentes em situação de risco ligados à FUMDEC, na cidade de Goiânia. Que expectativas você tem do Brasil de hoje, quanto ao uso do lazer como prática de liberdade?

Bom, o que eu propus em 2010 foi resultado de uma pesquisa de pós-graduação em nível de mestrado, portanto aquela pesquisa reflete os limites de um jovem pesquisador, o qual, naquela época, tinha como preocupação dar respostas a problemas enraizados na imediatividade da sua intervenção pedagógica. É, pois, um trabalho, na minha análise [de] hoje, passados 17 anos, que contribui sob o ponto de vista da intervenção, mas que carece de um dado adensamento teórico. Quando eu escrevi essa dissertação, a qual mais tarde fora publicada em forma de livro, com o título *Lazer como prática da liberdade*, buscava dar respostas a o que fazer, sob o ponto de vista pedagógico, no trabalho junto a um grupo específico, que era a meninada em situação de risco pessoal e social, chamados meninos de rua, da cidade de Goiânia. Naquele momento, ao buscar no campo da Educação Física brasileira, respostas sobre o fazer pedagógico com esse grupo, o que eu percebia era uma determinada carência, isso porque a Educação Física brasileira já tinha avançado no que diz respeito à construção de propostas teórico-metodológicas para o ensino do esporte, da dança, do jogo, mas na forma escolar. Havia, entretanto, um vazio de discussão teórico-metodológica a respeito de como tematizar ou de como tratar pedagogicamente os elementos da cultura corporal: o jogo, a dança, a ginástica, o esporte em espaços da educação não formal ou espaços daquilo que a gente pode chamar de educação popular. Olhando para o campo da educação, eu localizava, na proposta de Paulo Freire de uma educação popular, aquilo que a gente tinha de mais avançado no debate acerca da pedagogia com os grupos oprimidos. E isso sem dizer que a proposta de Paulo Freire se organizava em outros tempos-espacos que não o da escola, portanto uma pedagogia que dava respostas justamente àquilo que eu buscava. Penso que esse trabalho representou para a educação física e, particularmente, para aquilo que a gente pode chamar de um subcampo no interior da educação física, que é o campo do lazer, um avanço, porque existia um debate teórico no campo do lazer. Havia uma proposta de organização do lazer junto a comunidades, a partir da proposta da animação sociocultural, mas nós não tínhamos um debate pedagógico acerca do lazer ou do trato dos conteúdos do lazer. Cito, por exemplo, a orientação pedagógica que sustenta o programa *Esporte e lazer da cidade*, organizado pelo Ministério do Esporte. Esse trabalho de alguma forma influenciou a formação dos agentes culturais e dos educadores sociais, que vêm trabalhando com o programa. Esse trabalho consta das suas referências, dos programas dirigidos a esses agentes culturais e educadores sociais. É obvio que ele foi desenvolvido para um contexto específico, ele é um ponto de partida para o desenvolvimento de outras propostas. Eu me ressinto disso, de não ter visto essa proposta se desenvolver mais,

sinto falta de mais gente no campo do lazer dialogando com a proposta de educação popular do Paulo Freire.

2. Ainda em sua dissertação, surgem críticas aos apontamentos de Joffre Dumazedier, estudioso do lazer que, nas décadas de 80 e 90, recebeu apoio do SESC para publicação de suas obras no Brasil. Você pode nos contextualizar sua argumentação?

Uma das críticas que eu fazia ao movimento dos estudos de lazer no Brasil era de que, ao invés de olhar para a nossa própria realidade e identificar em Paulo Freire uma contribuição adequada para o trabalho com lazer, nós tínhamos como referência a Europa e o trabalho do francês, do sociólogo Dumazedier, como aquela principal referência que orientava os estudos do lazer. Agora, o porquê disso? Primeiro porque os estudos do lazer no Brasil se desenvolvem à medida que a gente vive o processo de industrialização, que se dá a partir dos anos 40, 50, com o chamado desenvolvimentismo, com o projeto de substituição das importações. Você vê uma transição da composição demográfica, na qual a população urbana começa a crescer, e os grandes centros ganham também em tamanho. Daí a necessidade de se repensar a própria produção e reprodução da força de trabalho, de se pensar na educação moral, mas também na formação física do trabalhador; ou de um novo tipo de trabalhador necessário ao trabalho industrial. O Estado já havia se ocupado de pensar o esporte há pelo menos uma década antes; e, há algumas décadas anterior a essa, de pensar a educação física como projeto de escolarização das práticas corporais. Na transição do século XIX para o século XX, a perspectiva higiênica e, mais adiante, com o disciplinamento do esporte, a partir da legislação de 1941, que chama para o Estado a responsabilidade de organizar a prática esportiva no Brasil, tutelando as instituições, as entidades, tanto de prática como de organização do esporte. O Estado, ele vai nessa direção de educar o trabalhador ou de formar o trabalhador, ele amplia também uma preocupação com o desenvolvimento de novos espaços de educação para o tempo livre e esses espaços, paraestatais, porque foram criados e contaram com financiamento do Estado, dizem respeito às instituições que hoje formam o sistema S. Através, principalmente, do SESC e SESI, eles se lançam nesse projeto de educação do trabalhador e logo passam a ter a preocupação de cuidar do trabalhador para além do chão da fábrica, ou seja, sobre o que o trabalhador faz no seu tempo livre para se ocupar do lazer. Olhando para a experiência internacional, nessa perspectiva funcionalista de recuperação do trabalhador para a produtividade do trabalho, as propostas funcionalistas do lazer ou a sociologia estão sistematizadas na chamada “sociologia do lazer” de Dumazedier. Olhando para a experiência internacional, Dumazedier de fato era um ícone do campo do lazer. O SESC vai buscar nesse autor assessoria para organização e desenvolvimento dos estudos do lazer no Brasil. Então note: se nos anos 70, 80 e 90, o SESC e o SESI também impulsionaram os estudos do lazer contando com a assessoria de Dumazedier, difundindo enormemente os trabalhos desse autor no Brasil. Quando afirmo que isso não é uma crítica ao SESC ou ao SESI enquanto instituições, uma vez que a crítica que eu faço é direcionada à própria proposta funcionalista de lazer, a qual

tinha, sim, nessas instituições, o seu ancoradouro. Essa perspectiva de lazer funcionalista já havia sido objeto de crítica, nos anos 80, pelo próprio trabalho de um autor que também alcançou enorme difusão no campo da Educação Física brasileira e, especialmente, no campo do estudo do lazer, que é o Nelson Carvalho Marcelino. Talvez o autor mais lido do lazer, do campo da Educação Física brasileira. Essa crítica que faço ao Dumazedier não é, portanto, novidade.

3. Em sua Tese de doutoramento, defendida em 2005, Domenico De Masi, autor do entendimento de Ócio criativo, também é por você analisado. Quais suas críticas ao conceito idealizado por esse autor?

O Domenico De Masi, sociólogo italiano, vai virar praticamente um *best-seller* no Brasil e, nos anos 1990 e 2000, num contexto de flexibilização das relações de trabalho. Ocorre que, no Brasil, essa flexibilização das relações de trabalho significou a precarização do trabalho, com desenvolvimento e aparecimento de formas pretéritas de trabalho. Dumazedier construiu uma categorização, diga-se, bastante fechada, mas acertada para o contexto da sua época sobre os diferentes tipos de tempo livre, como o tempo livre do final do dia e do final de semana, que diz respeito à jornada diária e à jornada semanal de trabalho, que, no Brasil, é de 44 horas, 8 horas por dia mais 4 horas no sábado, com direito a descanso remunerado no final de semana. O tempo livre de final de ano, que é garantido pelo direito às férias; e o tempo livre do final da vida, que tem a forma da aposentadoria. Ao flexibilizar as leis trabalhistas, você precariza o trabalho e reduz o direito ao tempo livre. O contexto em que nós nos encontrávamos era, portanto, o de um ataque ao direito ao lazer, porque não existe lazer fora do tempo livre. O tempo livre é um pressuposto para o lazer. Ocorre que esse processo de flexibilização do trabalho pode até nos dar uma falsa sensação de liberdade, porque às vezes acontece o trabalho em casa, o trabalho por peça, o trabalho por produtividade, mas isso não quer dizer que eu tenha mais tempo livre, ao contrário. Como há uma preocupação constante com a produtividade, com o resultado do meu trabalho, há uma colonização do tempo livre pelo tempo de trabalho. Entretanto, é bem verdade que para alguns postos de trabalho em setores de ponta, onde há incremento de alta tecnologia, você vê esse tipo de trabalho imaterial em que se cobra uma boa dose de criatividade. Ocorre que o De Masi localiza nesse trabalho uma nova forma de trabalho em que ele identifica a exigência do ócio criativo. O que ele diz na sua tese é que o futuro cobra uma educação para o ócio e não para o trabalho. Mas ele generaliza essa tese olhando para os trabalhadores desse setor que em número correspondem a uma pequena aristocracia do trabalho. Então ele generaliza essa afirmação, ele generaliza essa tese para o conjunto do mundo do trabalho, sendo que, no oposto, o que a gente assiste, para a maioria dos trabalhadores no Brasil e no mundo, é a uma precarização das suas condições. Portanto, isso que ele apresenta enquanto uma proposta de educação para o ócio é a partir do entendimento de que o tempo livre aumentava e isso é uma inverdade! Se você pegar os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), todas essas categorias de tempo livre vêm sendo atacadas, pelo menos enquanto uma garantia real.

Jornada de trabalho vem aumentando, férias vêm diminuindo, para aposentar você tem que trabalhar mais, ou seja, diminuem todas as formas de tempo livre. Dessa forma, o que o De Masi apresenta é muito mais uma panaceia que vende muito livro, mas que não tem correspondência com a realidade.

4. Neste mesmo trabalho intitulado *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer, os conceitos de mercolazer e lazerania* são desenvolvidos. O que caracteriza a dinâmica de tais perspectivas e como elas se revelam no cotidiano social?

Se numa ponta eu tenho pouco tempo livre e se tempo livre é o pressuposto para a existência do lazer, cabe responder a seguinte pergunta: ora, por que se vende tanto lazer hoje ou por que se fala tanto em lazer hoje? Em outros termos, se de um lado a gente tem pouco tempo livre, por que se fala tanto de lazer? Ora, porque se a gente tem pouco tempo livre, isso significa que de um lado o trabalho se intensificou, que a gente está trabalhando mais, que a gente está sofrendo mais com o trabalho, isso os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também revelam. O sofrimento no trabalho é cada vez mais presente, tanto físico quanto mental – Síndrome de Burnout, depressão – enfim, o sofrimento no trabalho é cada vez maior, e isso é uma consequência da intensificação dos ritmos e processos que são cobrados nos dias de hoje, da precarização, das incertezas. Bom, se de outro lado aquilo que predomina no campo do lazer é a perspectiva funcional, ou seja, de que o lazer recupera para o trabalho e se o trabalho causa sofrimento, porque ele aumenta em tempo e em intensidade, não é de se estranhar que você venda mais remédio pra esse tipo de sofrimento. O lazer, então, é apresentado como um remédio e, uma vez que, como resultado também das políticas neoliberais, há um recuo do Estado em relação à garantia do direito, do direito ao tempo livre, do direito ao lazer e o Estado não é mais o provedor, você percebe um avanço do mercado no que diz respeito à oferta do lazer enquanto um serviço ao qual a população tem acesso a partir da troca, ou seja, o nosso acesso hoje ao lazer se dá cada vez mais mediado numa relação de compra e venda. Então, aquilo que eu deveria ter assegurado enquanto um direito à cidadania, enquanto um direito social, hoje eu só tenho como acessar ou tenho cada vez mais que acessar pela lógica do consumo. Uma vez que o lazer sofre um processo de mercantilização, uma crescente indústria do lazer adequa essa mercadoria às nossas necessidades, às nossas necessidades de tempo. Se eu tenho pouco tempo, aquilo que eu busco é o lazer, enquanto remédio que é recuperação, e ela tem que me ser ofertada em doses também muito intensas. A forma da mercadoria do lazer passa a ser orientada para o êxtase, para a excitação, produzindo altas doses de prazer numa lógica de escapismo. O momento do lazer é o momento do escape em que eu me recupero para o trabalho ou pelo menos há uma produção falsa dessa ideia. Quando eu falo do lazer-mercadoria, falo desse lazer enquanto um serviço propriamente dito, em que você compra o serviço e a prática do lazer, mas ele também aparece como uma espécie de valor de uso prometido. Quando colo a imagem do lazer a um conjunto de outras mercadorias, empresto o estatuto do

lazer a uma outra mercadoria. Um exemplo é um carro *off road*, colar a imagem do lazer e a função do lazer a esse carro vai contribuir para a venda. O lazer, para além disso, pode servir de palco de vivências para determinadas exposições de comércio, estimulando os processos de troca. Os *shoppings centers*, onde há uma praça de alimentação, fazem de uma atividade de lazer um estímulo ao consumo, fazendo da própria relação de troca uma prática de lazer, a chamada compra divertida. Ir ao *shopping* fazer uma compra hoje passa a ser algo muito prazeroso, é pelo consumo que eu me realizo e por tudo aquilo que o envolve: o me preparar, o me organizar, o ir ao shopping, o passear para fazer o consumo. Isso também ganha estatuto de uma prática de lazer. A mercantilização do lazer se dá sobre variadas formas e, olhando para os dias de hoje, essa tendência se aprofunda. Sem deixar de acreditar em que o contraditório está posto também, em que existe a possibilidade ainda de formação por meio do lazer, porque essa forma do lazer-mercadoria muito mais deforma que informa, ela é absolutamente alienada e alienante. Existem possibilidades formativas no âmbito do lazer, isso cobra uma intervenção do Estado e uma política pública orientada para a construção da cidadania no âmbito do lazer, cobra também a pedagogia crítica. Se, no mestrado, em 2010, eu terminei falando para uma realidade específica de uma intervenção pedagógica, na tese eu amplio o olhar e penso no lazer na realidade nacional e mundial, vivendo esse processo de mercantilização, mas sem deixar de acreditar nas possibilidades da superação, o que se dá, sobretudo, por uma maior intervenção do Estado no setor, fazendo garantir o lazer enquanto direito. Mas, acreditando em que, para organizar uma política de lazer, é necessária também uma pedagogia correspondente. Uma política crítica de lazer cobra uma pedagogia correspondente. Não adianta você organizar politicamente uma ação, um programa de lazer, sem pensar como ele vai se desenvolver lá: no tablado do teatro, no chão da quadra, no tatame, na piscina, de como é que ele vai se desenvolver no sentido da sua transformação, porque a espontaneidade tende a reproduzir aquilo que nos é apresentado enquanto forma predominante, que é a do entretenimento. Então, um outro lazer cobra uma intervenção pedagógica no sentido da sua transformação. Aquilo que eu chamei de *lazerania*, ou de pensar a cidadania no âmbito do lazer, diz respeito não só ao acesso – o pressuposto para isso é o tempo livre –, então está precisando da regulamentação da jornada e de diminuição da jornada. Nós precisamos de proteção do trabalho, diminuição da jornada sem diminuição dos rendimentos, esse é um ponto. Nós precisamos de equipamento, de uma outra política de organização da cidade, de mobilidade, em que o acesso ao lazer seja pensado no conjunto das políticas públicas. Para além disso, a gente precisa de educação, a gente precisa da pedagogia e para isso você precisa também de formação de educadores e de lhes ofertar ferramentas pedagógicas apropriadas. Ressinto-me da falta de desenvolvimento de pedagogias que respondam a essa necessidade. Embora eu localize nesse programa de governo, o programa *Esporte e lazer da cidade*, um avanço enorme nessa direção, é um programa com abrangência limitadíssima, que chega a uma parte muito pequena da nossa população.

5. Há chances de vermos seu trabalho de tese editado em forma de livro? Você já pensou nisso? Ainda, diante de sua experiência como presidente do CBCE entre os anos de 2005 e 2009 e o acúmulo de trabalhos publicados nos últimos anos, qual seu ponto de vista sobre o mercado editorial de livros e a política de produção científica em Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil? Refazer?

A partir de minha experiência como presidente do CBCE entre 2005 e 2009, e porque o CBCE tem assento no Conselho Nacional do Esporte, estive muito próximo do debate da política, acabei procurando dar respostas àquilo que fazia parte da minha realidade mais imediata. Tive, durante 4 anos, uma relação muito próxima com essa agenda, uma relação de proximidade dos senhores do esporte; desde o ministro ao Nuzman (Presidente do COB), ao Ricardo Teixeira, à época. Próximo não no sentido de relação pessoal, mas nos espaços da vida pública que envolviam a política esportiva. Defrontar-me com esses agentes e daí perceber a necessidade de refletir sobre as políticas em curso e de problematizarem-nas, quando passo a me dedicar aos estudos sobre a política e abandono um pouco o debate do lazer. Em relação à possibilidade de a tese ter virado livro ou não e, se essa possibilidade está colocada hoje, eu acho que não. Isso porque a tese se sustenta a partir de uma série de dados empíricos que são datados e que mereceriam atualização de um lado e de outro. Se se escreve pensando em uma tese, escreve-se de um jeito; se você escreve um livro, é de outro jeito; e também porque parte considerável da tese já foi publicada na forma de artigos para periódicos. Acho que a tese alcançou uma dada difusão, agora é verdade que eu me sinto em dívida com o campo do lazer, de voltar a escrever algo sobre o lazer, eu tenho pensado sobre isso, mas falta tempo para a sistematização, tendo em vista as prioridades da minha própria pauta e agenda investigativa dos dias de hoje, mais centrada nos estudos sobre as políticas de esporte.

6. No final dos anos 2000 e durante a década atual, é notável a guinada de seus estudos na direção do campo da política pública. Em *Megaeventos e Educação Física: alerta de tsunami*, publicado em 2011, são apontados detalhes de todo o movimento brasileiro em torno dos acontecimentos esportivos vindouros. De que maneira a preparação para os Jogos Mundiais Militares de 2011, a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo FIFA de 2014, a Copa América de 2015 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que compuseram a Agenda dos governos Lula e Dilma, impactaram o modo de fazer política pública de esporte e lazer no Brasil?

A partir de 2007, assistimos no Brasil a uma agenda para as políticas públicas do esporte e lazer dominada pela realização de espetáculos esportivos, os megaeventos esportivos. Copa e jogos olímpicos são a maior expressão disso. A partir de 2003, com o governo Lula, nós tivemos uma novidade histórica no que diz respeito às políticas de esporte. Nós tivemos o incremento das políticas de esporte educacional, através do Programa Segundo Tempo (PST), que tem uma abrangência significativa, chegando a atender a mais de um milhão de crianças e jovens em idade escolar. Houve também a

criação do Programa *Esporte e Lazer da Cidade* (PELC); mas, em função do próprio capital simbólico e da importância que tem o esporte de rendimento, além da força da sociedade organizada em torno do esporte, que se materializa nas entidades de administração (COB, CBF, Confederações, Federações...), é o esporte de alto rendimento que vai continuar sendo merecedor de maior atenção por parte do Estado. O contexto é: há, a partir de 2007, uma substituição do debate programático em torno do esporte pelo pragmatismo, ou seja, o esporte na sua forma espetacularizada é utilizado tendo em vista a candidatura e o sucesso do Brasil como sede dos eventos citados, que passam a servir como um emulador ou como uma catapulta do próprio projeto de desenvolvimento do governo em questão. O esporte é subordinado a outros interesses, que são econômicos e não propriamente interesses por dentro do esporte. Esse é um debate a se fazer. Há, hoje, um descolamento do esporte-espetáculo em relação à própria vivência do esporte, e o esporte-espetáculo conquista um determinado nível de autonomia para se produzir e se reproduzir. Ele não necessariamente precisa massificar a sua prática. A partir do momento em que você tem organização de Copa e jogos no país, não necessariamente o número de praticantes de atividade física e de esporte cresce, isso porque aumenta o número de consumidores do esporte. Gente comprando pay-per-view, tênis Adidas, Nike, enfim, aumenta o esporte passivo e não o esporte ativo, porque é isso o que interessa à indústria do esporte que organiza o espetáculo esportivo. Toda a agenda do esporte passa a ser movida por essa lógica e a própria organização do evento se inscreve num contexto de empreendedorismo urbano, em que a própria cidade se modifica, cobrando pesados investimentos em obras públicas. As obras públicas para o governo Lula e Dilma representaram também possibilidade de saída da crise e de alavancar grandes conglomerados empresariais nacionais, no sentido de transformá-los em empresas globais, de transformar, por exemplo, parte da construção civil brasileira em grandes empresas multinacionais. Os jogos serviram como projeto de desenvolvimento econômico que se colocava à época. O esporte, propriamente, a vivência do esporte evoluiu com isso? Eu te digo que não, tanto que hoje se você abrir a página do Ministério do Esporte, o que nos é apresentado como legado dos Jogos Olímpicos é a rede nacional de treinamento. A rede nacional de treinamento envolve estrutura esportiva, mas você não tem uma política de ocupação e organização dessa estrutura, então muita coisa foi construída, mas hoje você não tem política para o uso dessa estrutura. Isso vale tanto para o estádio Mané Garrincha, em Brasília, como para o Maracanã, no Rio de Janeiro. Isso vale tanto para a nossa Pista de Atletismo, da UNB, como para o Centro Olímpico, em Fortaleza. Há uma subutilização dessa estrutura, do conjunto dessas obras públicas. Isso movimentou a economia? Isso absorveu de forma intensa o tipo de mão de obra brasileira, que é uma mão de obra desqualificada. Isso contribuiu para o desenvolvimento nacional? Sim, é verdade, agora o esporte, ele serviu a isso, então o esporte, ele foi utilitário a esse projeto. Não se discutiu, por exemplo, o que se fazer com o esporte para ele chegar para a maioria da nossa população, porque o projeto para legitimar esses investimentos no espetáculo era o de ganhar medalha, então a prioridade em relação à política esportiva brasileira era de se ganhar medalha. Resultado disso: a nossa maior parte da população é inativa, isso

quer dizer que o esporte chega para poucos brasileiros e quando chega, chega para a juventude. Se temos uma política esportiva centrada na juventude com o objetivo de fazer medalha e organizada sobretudo a partir do esporte de alto rendimento, isso quer dizer que o nosso esporte se organiza pelos princípios da seleção, da distinção, da especialização e isso faz com que cada vez mais jovens se afastem à medida que eles não são selecionados. Eles acabam se desmotivando. A criança, na vida adulta, por “n” motivos, mas também por desinteresse, se afasta do esporte e nós não temos políticas para a população madura e para a terceira idade. Se a gente olha para o horizonte próximo, temos uma inversão da pirâmide demográfica brasileira, a maior população a partir dos anos de 2020 já vai ser de maduros e de idosos. Salvo um programa que tem abrangência para 20 mil idosos, que é o Vida Saudável, que integra o PELC, não temos política pública de esporte para essa população em nível federal. Qual o resultado disso? Essa população faz esporte de modo espontâneo, desorganizado. Não por acaso a caminhada hoje é a atividade física mais presente na vida dos brasileiros, mais do que o futebol e a maior parte dos que fazem atividade física e esporte, o fazem de forma totalmente espontânea. Isso porque a política é para quem quer competir, a política é para quem faz o esporte chamado formal junto aos clubes, federações e essa população não chega a 5% dos praticantes de esporte, mas 97% dos recursos públicos aplicados no esporte são carregados para este grupo. Então, há uma enorme contradição no que se refere às políticas públicas do esporte. Elas estão de costas para o direito e para as necessidades da população, porque elas se orientam para a produção da medalha. Óbvio que nos regozijamos quando vemos um brasileiro no pódio, mas é preciso questionar o tipo de política que alimenta esse tipo de ufanismo patriótico, porque o ideal é que nós tivéssemos cada vez mais gente dentro do esporte e fazendo um outro tipo de esporte que contribuísse para uma educação cidadã.

7. A Educação Física escolar e a formação de professores de Educação Física reverberam que tipo de influências da Agenda esportiva assumida pelo Brasil nos últimos anos?

Eu escrevi um texto, lá em 2010, que foi publicado em 2011, salvo engano, que dizia justamente sobre o alerta, o alerta de tsunami, ou seja, “cuidado aí educação física que os megaeventos estão chegando e eles vão influenciar bastante o chão da quadra”. Eu acho que uma série de programas foram organizados e os próprios programas sociais do Ministério [do Esporte], como o PST e o PELC, em certa medida, passaram a subordinar essa perspectiva do esporte-espetáculo. Se você, como eu disse, olhar para o legado anunciado dos jogos que é a rede nacional de treinamento, ela se organiza numa pirâmide operando uma lógica lá dos anos 70, que tem na base a perspectiva da detecção de talentos esportivos a partir de programas sociais esportivos, dentre os quais o programa de esporte escolar; mas há um diferencial aí. Se, nos anos 70, a base da pirâmide era identificada na educação física escolar, na disciplina de Educação Física, isso não acontece mais. Ainda que a disciplina Educação Física tenha sofrido algum tipo de intervenção a partir de um programa específico, que foi o “Atleta na escola”, em que, a partir do financiamento do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), se

buscava estimular a organização de competições escolares, através das quais o estímulo ao atletismo, principalmente, visando à identificação de talentos para etapas regionais e nacionais, teve uma certa aderência por parte de várias escolas e professores de educação física no país. Então, de algum modo, sim, essa agenda dos megaeventos influenciou a educação física escolar. Agora, são necessários mais estudos para construir um tipo de informação mais assertiva.

8. Sobre seu último artigo publicado pela revista *Pensar a prática*, em parceria com Wagner Barbosa Matias, intitulado *As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento*. Fale-nos um pouco sobre as dificuldades inerentes a este tipo de pesquisa! Que estudos os participantes do Avante (Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte Lazer) tem realizado na UnB?

As dificuldades são aquelas que temos em qualquer universidade pública hoje. É bem verdade que o REUNI, o programa dirigido à expansão do ensino superior público da rede e, principalmente, da rede de instituições federais, foi muito positivo para expandir o acesso ao ensino superior. Saltamos de 2003 com 500 mil alunos na rede federal de Ensino Superior para 1 milhão em 2010/2011, mas se houve um acréscimo no quantitativo de alunos que ampliam o direito e um acréscimo também no próprio corpo docente e de técnicos administrativos, a estrutura não acompanhou. Note que, se no esporte o que houve foi um investimento em estrutura sem o aumento do acesso, para a educação o que se priorizou foi o acesso e isso foi muito positivo. O desdobramento é que a Universidade inchou sem o devido acompanhamento da estrutura, então hoje faltam estruturas laboratoriais, faltam recursos, muitas vezes, que garantam o devido suporte à produção do conhecimento. Esses recursos aumentam, mas não na proporção... Você vê recursos de estímulo a bolsas, à formação... acho que o que faltou mais foi o investimento em estrutura. Outro problema diz respeito também à intensificação do trabalho, que é uma realidade em todo tipo de trabalho e isso apanha também o trabalho na universidade, estamos trabalhando mais. Aqui, particularmente, os professores do AVANTE estão dando mais aulas, orientando mais alunos, fazendo mais pesquisas, e nós somos cobrados o tempo todo por isso. O tipo de avaliação do trabalho docente é praticamente externa à universidade e ela se dá pelos órgãos de financiamento – CNPq, CAPES – então é uma pressão muito grande sobre o trabalho docente. Isso é o que nos apanha enquanto dificuldade, apesar disso o que a gente tem feito aqui para superar é pensar no trabalho de pesquisa a partir de uma lógica que se dá na organização coletiva do trabalho científico, no sentido do fazer científico no modo coletivo, e daí a estruturação do nosso grupo de pesquisa, o AVANTE, desde 2010, e com muito sucesso. Hoje nós temos um bom número de professores regulados ao grupo, um bom número de formandos em nível de mestrado e doutorado, com uma agenda comum, uma organização coletiva e muita afinidade. Em termos de investigação no campo das políticas públicas, nós temos um texto que foi submetido a uma revista para avaliação e posterior publicação, posso socializar com vocês esse texto. Ele vai justamente relatar a nossa experiência no que se refere aos estudos das políticas públicas

do esporte e lazer e, para isso, nós estamos, eu acho, num espaço privilegiado que é Brasília, próximo ao centro das decisões em torno das políticas públicas e também num lugar privilegiado que é a universidade pública de Brasília, num programa de pós-graduação em política social, com o qual nós temos enorme interlocução. Eu mesmo fiz o meu pós-doutorado na área da política social. Pedro Ataíde, que é outro docente do grupo vinculado a essa linha, fez o doutorado dele na política social, aqui mesmo na Universidade de Brasília e dessa interlocução nós temos nos apropriado de categorias, de ferramentas teóricas que são muito potentes para a análise das políticas. Nós temos desenvolvido uma metodologia de análise que passa por aspectos como abrangência, financiamento, gestão, concepção da política, controle social e democrático; nossos trabalhos se dão nessa esteira e, olhando tanto para as políticas organizadas na esfera federal como em nível distrital, buscando contribuir no Governo Federal aqui em Brasília, mas ultimamente pensando também nessas pesquisas em relação comparada às experiências internacionais. Parte da gente tem um projeto de pesquisa já com a Espanha, buscando desenvolver estudos comparados, permitindo olhar para nossa realidade a partir de outras referências. Já completamos praticamente uma agenda de 10 anos de estudos e que tem uma produção significativa em torno do tema das políticas.

9. Diante dos acontecimentos recentes em torno dos projetos de reforma em curso no legislativo brasileiro, no campo da educação, da previdência, do trabalho, da política, dos direitos das minorias, e das últimas denúncias envolvendo exonerações no quadro do poder executivo federal após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que novo *ponto de partida* você sugere aos agentes da educação física, esporte e lazer no Brasil?

Acho que isso coloca, não só para a educação física, mas para o Brasil, enormes desafios, principalmente para o campo progressista, de pensar formas alternativas de organização da vida, sobretudo porque a política foi subordinada ao capital financeiro. Quem dita, portanto, o que acontece hoje são os grandes conglomerados econômicos. Para decifrar o que ocorre politicamente tem que entender de economia. Então, o ponto de partida é entender a educação física como um complexo dentro de outros complexos. Não dá para eu ser um bom professor de educação física sabendo só de educação física. A gente tem que entender melhor o que acontece, sob o ponto de vista da nossa economia, da nossa política, da nossa cultura e localizar a educação física enquanto complexo em relação de determinações recíprocas e nesses outros complexos. Daí o que acontece hoje, conjuntural e estruturalmente, vem ser objeto nosso de melhor conhecimento. Agora há rebatimento sobre as políticas de esporte, sobre a própria educação física escolar, sobre o próprio lazer. A reforma trabalhista e previdenciária ataca ainda mais o tempo livre que é pressuposto para a ocorrência desse lazer. Reforma da previdência diminuindo o tempo para o final da vida, reforma trabalhista atacando férias, tempo de final de vida, tempo de final de ano, atacando jornada, enfim, precarizando o trabalho. Você vê um conjunto de reformas educacionais, como base nacional curricular, reforma do ensino médio, que mexe diretamente na realidade da

educação física escolar. Por parte do esporte, você vê mudanças na política tributária, dessa agenda dos megaeventos que nos deixa enquanto legado a rede nacional de treinamento, que recoloca o modelo da pirâmide enquanto forma de organização do esporte nacional. Hoje tramitam também tanto no Congresso quanto no Senado propostas de uma nova lei geral do esporte, substituindo a lei Pelé, e, ainda, um plano nacional de esporte. O ponto de partida se dá, penso, a partir desses elementos conjunturais e estruturais, tanto da política do esporte como das políticas educacionais da educação física, da política do trabalho, que tem rebatimento sobre o lazer. Agora sem deixar de entender esses processos numa dinâmica maior que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo em esfera global, com a dominância do capital financeiro, com a constituição do capital monopolista, com cada vez mais força, a partir da centralização e concentração de capitais, e que domina a política e os estados nacionais, portanto, são subservientes às grandes corporações e aos interesses econômicos em escala global e o que a gente vive, aqui no Brasil, é reflexo disso. Portanto, relacionar aquilo que, do ponto de vista mais imediato, se evidencia a partir desse conjunto de acontecimentos, das reformas, como você citou; a como essas reformas se materializam, como eu disse, BNCC, reforma do ensino médio, rede nacional de treinamento, a como isso chega, mudanças na lei geral do esporte, enfim... de como isso chega no nosso cotidiano, mas sem deixar de pensar isso na relação com a totalidade, esse é o nosso desafio e fechamos por aqui.